

517 anos de resistência

Especial do Correio mostra as dificuldades dos povos originários em conseguir direitos básicos, como terra, saúde e dignidade

Correio Braziliense

Esquecidos e invisíveis

Correio Braziliense

No imaginário do brasileiro, o índio fica bem em uma foto exótica, na Floresta Amazônica, ou num romance de José de Alencar. Mas a realidade dos indígenas do Brasil ecoa crua nos diversos conflitos fundiários que estouram de norte a sul do país. Na luta para garantir territórios tradicionais, eles vivem situação de violência extrema e penam para conseguir assistência à saúde. Eles são protagonistas de dados assustadores: a cada 100 índios que morrem no Brasil, 40 são crianças de até 4 anos. **Continue lendo...**

.....



Violência

A violência contra os povos indígenas no Brasil é alarmante. Ao menos 891 índios foram assassinados nos últimos 8 anos. Os dados são do relatório Violência Contra Povo Indígenas no Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), e refletem a invisibilidade desses brasileiros, que são esquecidos pelo Estado e excluídos pela sociedade. Continue lendo...

.....

Demarcação de terras

Já prejudicados pela morosidade da Justiça brasileira em governos anteriores, os povos indígenas iniciaram o ano de 2017 ainda mais receosos, com medo de não conquistar, enfim, o que lhes é de direito. Continue lendo...

.....

Isolados do Brasil



A Amazônia do Brasil é a casa de um grande número de índios que vivem isolados, mais do que em qualquer outro lugar do mundo. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), existem ao menos 100 grupos na parte brasileira da floresta amazônica. Continue lendo...

.....

Saúde

Mais de 40% de todas as mortes entre índios brasileiros, registradas desde 2007, são crianças de até 4 anos. O índice é nove vezes maior que o percentual de fatalidades envolvendo crianças não-indígenas da mesma idade (4,5%) no mesmo período. Continue lendo...



.....

onomia e sustentabilidade

na falta de políticas públicas e auxílios do governo fomentem a comercialização de produtos naturais e o que ainda resta das florestas, associações e instituições tomam frente dos projetos. Mel, cogumelos, pimentas, cerâmicas, frutas, óleos, farinhas e oleaginosas são algumas das matérias primas que ajudam na sobrevivência e na sustentabilidade de algumas tribos do país. Continue lendo...



Terra de mil povos

Gabriela Vinhal e Hellen Leite

No imaginário do brasileiro, o índio fica bem em uma foto exótica, na Floresta Amazônica, ou num romance de José de Alencar. Mas a realidade dos indígenas do Brasil ecoa crua nos diversos conflitos fundiários que estouram de norte a sul do país. Na luta para garantir territórios tradicionais, eles vivem situações de extrema violência e penam para conseguir assistência à saúde. Eles são protagonistas de dados assustadores: a cada 100 índios que morrem no Brasil, 40 são crianças de até 4 anos.

Impactados pela pobreza, falta de terras e condições insalubres de vida, o índice de suicídio é alto entre os indígenas. A cada três dias um índio se mata no Brasil. Entre os anos 2000 e 2015 foram registrados 752 casos apenas no Mato Grosso do Sul, estado com a segunda maior população indígena do país.

Atualmente, 800 mil indígenas, separados em 305 diferentes etnias, vivem em território nacional, compartilhando 274 dialetos. Cada um com cultura, história, religião e modos de vida distintos. Nesse especial, o **Correio** dá voz aos povos originários e os mostra além dos estigmas criados pela sociedade. Como os Guarani-Kaiowá, Tapeba, Xucuru, Tucano, Awá, entre tantos outros, fazem para sobreviver em uma sociedade que ainda não os reconhece, tanto em identidade quanto em cidadania.

Foram ouvidos especialistas, ativistas, estudiosos, antropólogos, indigenistas, médicos, representantes de classe, associações, ONGs, entre outros profissionais para a produção deste material. Contudo, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Antônio Fernandes Toninho Costa, não concedeu entrevista.

Expediente

Diretora de Redação

Ana Dubeux

Editores Executivos

Plácido Fernandes e Vicente Nunes

Edição

Anderson Costolli

Excluídos e mortos pela sociedade

Gabriela Vinhal

A violência contra os povos indígenas no Brasil é alarmante. Ao menos 891 índios foram

assassinados nos últimos 8 anos. Os dados, publicados no relatório Violência Contra Povos Indígenas no Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), refletem a invisibilidade desses brasileiros, que são esquecidos pelo Estado e excluídos pela sociedade. Em 2015, cerca de 137 deles morreram, vítimas de homicídio – um a menos que em 2014, quando foram registrados 138 assassinatos.

O Mato Grosso do Sul foi o estado que mais matou indígenas, com 36 casos investigados pela polícia. A cidade com maior número de ocorrências é Dourados, que acumula 38% dos crimes, seguida de Amambai, com 27%. Segundo informações do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), 94% das vítimas eram do sexo masculino e 6% do sexo feminino. A faixa etária com maior incidência é de 20 a 29 anos (36%). Um total de 33% dos homicídios ocorreu na faixa etária entre 10 a 19 anos de idade.

Além dos homicídios, o relatório mostrou, ainda, 31 tentativas; 18 casos de homicídio culposo; 12 registros de ameaça de morte; 25 ameaças variadas; 12 casos de lesões corporais dolosas; 8 de abuso de poder; e 13 de racismo. Por omissão do poder público, foram registrados 52 casos de desassistência na área de saúde; 3 mortes exatamente por esse motivo; 5 casos de disseminação de bebida alcoólica e outras drogas; 41 registros de desassistência na área de educação escolar indígena; e 36 casos de desassistência geral.



Líderes protestam com um caixão contra o assassinato do líder Guarani-Kaiowá, morto a tiros no Mato Grosso do Sul. Foto: Carlos Moura/CB/D.A Press

O secretário executivo do Cimi, Cléber Buzatto, comenta que o levantamento não permite uma análise aprofundada da situação indígena no país, pois não foram apresentadas informações detalhadas das ocorrências, como faixa etária, localidade, povos e motivação real do crime. Isso significa que os números podem ser ainda maiores, porque só a partir de 2014 o relatório fornece os dados oficiais fornecidos pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Principais causas

Regularização de terras, invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais dentro de terras indígenas, racismo e falta de acesso à saúde e à educação são as principais causas de mortes de índios brasileiros. Buzatto esclarece que o cenário de vulnerabilidade sociocultural e as situações precárias em que vivem os povos indígenas justificam os altos

índices de morte violenta.

“Milhares deles vivem em espaços diminutos, com povos diferentes, concentrados em pequenas reservas onde não há subsistência básica. Este contexto potencializa até conflitos internos. Boa parte dos assassinatos no MS decorrem dessa situação, uma relação direta com a luta fundiária em que vivem”

Para Buzatto, a demarcação de terras indígenas contribuiria fortemente para a melhoria da qualidade de vida e segurança dos povos. No entanto, segundo dados da Advocacia-Geral da União (AGU), até o momento, cerca de 200 terras estão em alguma das fases do processo de demarcação. Há mais de 470 territórios ainda sem apreciação por parte da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Dentre os casos envolvendo conflitos fundiários, três ocorreram na Bahia; um no Maranhão e um no Mato Grosso do Sul. Houve, também, o macabro assassinato de Vítor Kaingang, uma criança de apenas 2 anos que estava sendo amamentada no colo da mãe quando foi degolado, em 31 de dezembro de 2015, em Santa Catarina.

O inquérito que investigava o crime foi concluído 26 dias após a barbárie, em 25 de janeiro de 2016. O principal suspeito acabou indiciado por homicídio doloso duplamente qualificado, por ter sido confirmado motivo fútil e sem chance de defesa. Contudo, segundo o delegado Raphael Giordani, responsável pelo caso, o réu não foi julgado por um crime de ódio motivado por preconceito contra indígenas, porque usou como justificativa para o crime que “espíritos disseram que ele deveria matar uma criança”. De acordo com a confissão do assassino, ele teria escolhido a vítima apenas por ser uma criança, e não por ser um indígena.

Caso Galdino

Em 20 de abril de 1997, um dia após o Dia do Índio, aconteceu um dos crimes contra indígenas que mais chocou o Brasil. Cinco jovens da classe média de Brasília queimaram vivo o índio Galdino, que dormia em uma parada de ônibus da Asa Sul. Os envolvidos fugiram após o ataque, mas foram localizados no mesmo dia, graças a uma testemunha que passava no local no exato momento do crime. Ele anotou o número da placa do veículo

em que os jovens estavam e entregou à polícia. Horas depois, Galdino morreu. Ele teve 95% do corpo queimado — o fogo só não lhe atingiu a parte de trás da cabeça e a sola dos pés.

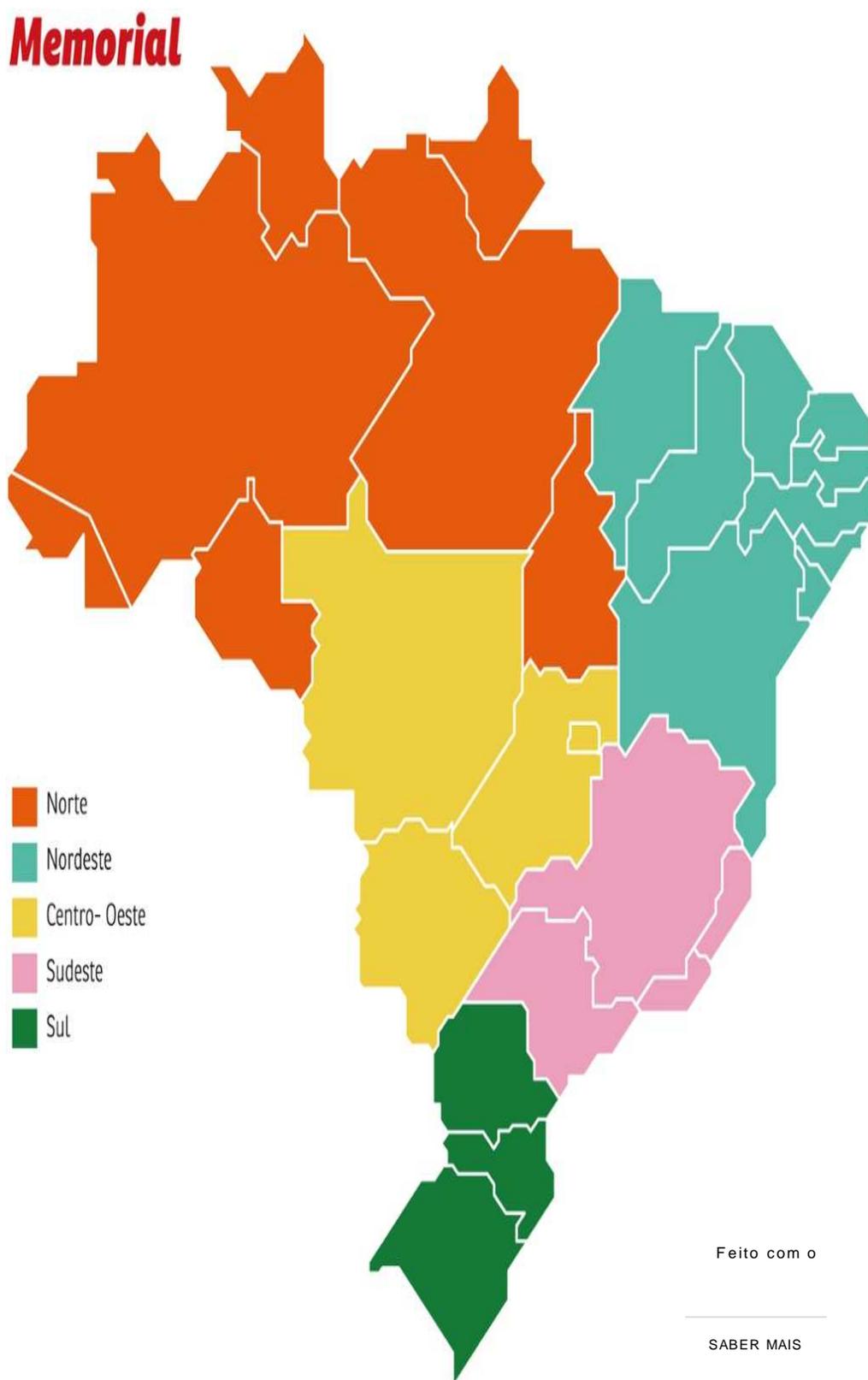


Índio Pataxó, Galdino Jesus dos Santos, entubado e com faixas no corpo, no Hospital Regional da Asa Norte - HRAN. Foto: Ronaldo de Oliveira/CB/Da Press

Quatro anos após o crueldade, Max Rogério Alves, Eron Chaves de Oliveira, Tomás Oliveira de Almeida e Antônio Novély Cardoso de Vilanova foram condenados pelo júri popular a 14 anos de prisão, em regime integralmente fechado, pelo crime de homicídio triplamente qualificado – por motivo torpe, meio cruel e uso de recurso que impossibilitou defesa à vítima. Galdino havia chegado a Brasília um dia antes de ser morto e participou de várias manifestações

pelos direitos de seu povo.

Esse entrave na resolução da questão fundiária se dá pelo interesse da bancada ruralista de aprovar a PEC 215/2000 que transfere do poder Executivo para o Legislativo a competência sobre as demarcações. Na avaliação de Buzatto, a medida tende a deixar as populações tradicionais ainda mais vulneráveis ao jogo político.



Suicídio

Outra causa comum da mortalidade indígena é o suicídio: a cada três dias, um índio se

mata no Brasil. A maioria dos casos é registrada no Mato Grosso do Sul. Das 87 ocorrências em todo o país, contabilizadas pela Sesai e pelo Dsei-MS, 45 ocorreram no estado, especialmente entre as etnias Guarani e Kaiowá. De 2000 e 2015 foram registrados 752 suicídios apenas no MS.

Um recente estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Grupo Internacional de Trabalho sobre Assuntos Indígenas (IWGIA) sobre os Guarani e Kaiowá afirma que “esses jovens indígenas carregam um trauma humanitário cheio de histórias contadas por seus parentes. Histórias de exploração, de violência, repletas de mortes e, é claro, de perda de dignidade. Um passado carregado de traumas, preso a um presente de frustrações e um sentimento de impotência. Nessas circunstâncias, estes jovens são o produto do que se costuma chamar de uma geração que sofre de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT)”.

Para a pesquisadora em Direitos Humanos da Universidade de Brasília (UnB) Daiara Tukano, o alto índice de suicídio entre indígenas ocorre por causa de uma violência estrutural cometida pela sociedade brasileira. Segundo ela, faz parte da cultura do país negar a identidade indígena, pois a população ainda está inserida em um contexto de colonização dos povos.



Daiara, militante indígena e feminista. Foto: Arquivo Pessoal

“Essa cultura é tão estruturada que pode ser encontrada nas mídias, na dificuldade de acesso às políticas públicas, saúde, educação, no mercado de trabalho, no dia a dia do índio. As decisões do Estado não levam em consideração os índios, ou o bioma. Os discursos ainda são coloniais, que promovem violações diárias aos indígenas”, completou.

Embora a demarcação de terras indígenas seja a pauta principal do movimento, há muitos outros direitos a serem conquistados. Além do território, as demandas referentes à educação de qualidade para cada povo, o acesso à saúde e à alimentação deveriam estar entre as prioridades do governo.

“As pessoas precisam entender que a cultura
independe do lugar onde o índio esteja, ele vai
continuar sendo indígena no campo, na cidade ou
numa terra demarcada” **Daiara Tukano, militante
indígena**

Daiara afirma, ainda, que enquanto os governantes forem ignorantes quanto à questão indígena, as políticas não atenderão às necessidades dessa parcela da população. Para a especialista, o que eles precisam é de uma mudança de pensamento geracional, que debate sobre o assunto. “Precisamos falar sobre as raças do Brasil, abraçar os povos originários e não renegá-los. Isso implica em rever nossas referências de identidade e tentar passar isso para frente. O brasileiro precisa amar a diversidade que tem aqui”.

Índias estupradas

A mulher indígena ainda é muito estigmatizada na sociedade. A situação perdura desde a colonização, quando os primeiros europeus chegaram ao Brasil. Por isso, segundo Tukano, as mulheres indígenas são invisibilizadas. A violência contra elas é cada vez mais cruel - são as principais vítimas de tráfico humano - sexual e doméstico - e trabalho escravo no país.

Em 2015, foram registrados, oficialmente, nove casos de violência sexual praticados contra indígenas nos estados de Amapá (1), do Mato Grosso (1), do Mato Grosso do Sul (3), do Rio Grande do Sul (1), de Roraima (2) e de São Paulo (1).

“É muito difícil tentar comparar as dores, comparar estigmas. Quando se fala em mulher, a última a ser lembrada é a indígena. Nós sofremos com a violência e o abuso desde a chegada dos primeiros europeus no continente. Contudo, tem uma coisa muito bonita acontecendo na última geração. Temos ganhado visibilidade dentro do movimento e conquistado espaço para debates e reflexões com mulheres cada vez mais engajadas”, finaliza.

Demarcação de terras indígenas — a luta por um direito

Hellen Leite

Os povos indígenas mantêm uma relação muito especial e íntima com a terra. Ocupam os espaços de forma coletiva, já que, na visão deles, são posse de todos. Uma das mais expressivas vitórias na história recente dos índios no Brasil foi a conquista de um capítulo especial na Constituição Brasileira: o artigo 231, referente aos direitos indígenas, que reconhece a posse coletiva das terras e o significado do território para as culturas dos povos. A cláusula afirma, ainda, que elas são "inalienáveis e indisponíveis", ou seja, não podem ser vendidas. Não estão a serviço do mercado, mas, sim, do usufruto exclusivo da comunidade.

Atualmente, a população indígena brasileira é composta por aproximadamente 800 mil pessoas. Diferentemente do que se pensou em determinados momentos da história brasileira, os índios povoam todos os estados do país e em mais da metade dos municípios. Estão distribuídos em 220 etnias, embora nem todos falem sua língua original, em função de processos de colonização, imposições culturais e, até, de violência física. Ainda assim, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) aponta que há mais de 270 dialetos indígenas diferentes e ativos no Brasil.

Essa população vive nas mais variadas situações: alguns têm espaços demarcados, em parques indígenas ou terras mais amplas. Os povos do Xingu e os Yanomami são exemplo disso. Eles têm boas condições ambientais, meios de sobrevivência e estão assegurados pelo Estado, que os defende contra populações consideradas invasoras.

Por outro lado, grande parte dos indígenas vive em áreas menores, na condição de trabalhadores rurais, como camponeses, seringueiros e pescadores. Outros, no entanto, encontram dificuldades para desenvolver atividades produtivas, devido ao tamanho do



terreno. Existem muitos nativos que não têm qualquer preocupação em torno de suas terras e passam a protagonizar, inclusive, situações dramáticas de disputa de territórios, como os Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul. Eles são um dos maiores grupos do Brasil, contabilizam mais de 30 mil pessoas, e tiveram suas terras tomadas. Uma parte dessa população vive à beira de estradas, acampada sob toldos, como Sem-Terras, correndo riscos de toda natureza. Mas, definitivamente, é o homem quem mais os assusta.

O coordenador da Regional da Funai de Dourados, no Mato Grosso do Sul, José Vitor Dalla Norano, conta que a situação dos Guarani no estado é dramática. Eles são um dos povos indígenas que mais sofreram os processos históricos de perda dos territórios. Estão nas poucas terras indígenas demarcadas após a Constituição de 1988, nas áreas urbanas - de boa parte dos municípios do Cone Sul do estado -, e nas áreas de retomada de seus territórios tradicionais, em circunstâncias de pouco acesso a políticas públicas e sendo alvo de diversas formas de violências.

Ele explica que a territorialidade é fundamental na organização social e nas práticas necessárias à reprodução física e cultural desses povos. No entanto, as divergências entre setores da sociedade, as disputas políticas e a judicialização dos processos de regularização fundiária prejudicam o andamento das demarcações e expõem os indígenas a pobreza.

“A demarcação dos territórios tradicionais dos Guarani e Kaiowá teve pouco avanço, em grande parte em razão de forças políticas contrárias, do processo de desmonte da Funai e da intensa judicialização do procedimento administrativo demarcatório”, explica Norano. Dos procedimentos iniciados e ainda não concluídos no estado, todos se encontram judicializados, alguns paralisados e outros anulados pelo Poder Judiciário.

É justamente nessas regiões que está a maior ocorrência de conflitos fundiários e disputas de terras, impondo ao Estado o desafio de promover as demarcações, sem desconsiderar as especificidades do processo de colonização, ocupação e titulação nessas regiões, contribuindo com ordenamento territorial e para a redução de conflitos.

“O Estado brasileiro tem sim uma grande dívida para com os povos indígenas”, **José Vítor Norano**

“A responsabilidade pelo conflito fundiário é a do não cumprimento pelo Estado de sua obrigação constitucional de reconhecer e demarcar as terras indígenas, deixando-se influenciar por interesses diversos de setores privados”, conclui Norano

Questão de dignidade

De acordo com a Funai, aproximadamente 8% das 426 terras indígenas tradicionalmente ocupadas no Brasil já são regularizadas, a maior parte delas na Amazônia Legal, uma área que engloba nove estados do Brasil e corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte dos estados do Mato Grosso, Maranhão. Algumas, inclusive, com presença de índios isolados. Esses, porém, não se encontram na posse plena das comunidades, o que também impõe desafios aos órgãos do governo federal, que tentam efetivar os direitos territoriais dos indígenas.

O mapa dos conflitos, elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 2015, aponta que as situações de tensão atingem pouco mais de 50 mil índios. Eles vivem em terras já declaradas pelo Ministério da Justiça como de uso exclusivo daquela população ou que estão com a análise pendente na pasta — passo seguinte à identificação feita pela Funai, por meio de um estudo antropológico, que determina se terra é originária dos povos tradicionais ou não.

As peculiaridades do confronto dependem muito da região. Em municípios mais afastados, por exemplo, a briga, geralmente, é com



Raoni, líder indígena da etnia Caiapó, do Mato Grosso, é conhecido por sua luta pela preservação da Amazônia. Crédito: Edilson Rodrigues/CB/ DA Press

Fases da demarcação das terras indígenas

- 1 Estudos de Identificação e Delimitação: a Funai monta um grupo técnico para realizar os estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação de uma terra indígena reivindicada
- 2 Contraditório administrativo: após a identificação da terra indígena, os ocupantes não-índios daquela região têm a oportunidade de contestar o estudo de identificação
- 3 Declaração dos limites: após a Funai responder às contestações, o Relatório de Identificação e Delimitação é enviado ao Ministério da Justiça para a ratificação dos limites da Terra Indígena
- 4 Demarcação física: técnicos da Funai fazem a demarcação física da terra fixando placas de identificação ao longo do território
- 5 Retirada de ocupantes não-índios, com pagamento de benfeitorias consideradas de boa-fé (a cargo da Funai), os ocupantes não-índios que atendem ao perfil da reforma são reassentados (a cargo do Incra).
- 6 O presidente da República assina o decreto de homologação da demarcação; O registro das terras indígenas é feito na Secretaria de Patrimônio da União. A partir daí a terra indígena é interditada para não-índios.

fazendeiros e madeireiros. Em terras mais próximas de áreas urbanas, entram em cena sem-terras, grileiros e empresas do setor imobiliário.

Para o indigenista Cléber Buzatto, os ataques aos direitos dos povos indígenas têm se acentuado nos últimos anos, e a questão da terra é o principal motivo. “Desde que o Código Florestal foi aprovado na Câmara do Deputados, o alvo dos setores do agronegócio e da bancada ruralista no Congresso se tornou a legislação indígena”

Segundo Buzatto, algumas Propostas de Emenda à Constituição (PEC), como a 215/2000, que transfere o poder de demarcação de terras do Executivo para o Legislativo, foram apresentadas no intuito de reduzir e dificultar a demarcação das áreas indígenas.

O coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia, João Pacheco de Oliveira, também alerta para a situação de Mato Grosso do Sul. “Naquele estado vivem os Guaranis Kaiowás, segunda maior população indígena do país, além de povos de outras etnias. No entanto, o espaço destinado a eles não é suficiente”, explica. O especialista cita, também, o sul da Bahia como uma área extremamente sensível a essas questões, devido à quantidade de plantações de cacau.

Além do Mato Grosso do Sul, essa realidade é verificada também nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil, e expressa uma situação de confinamento territorial. E mais: de permanente restrição dos modos de vida indígena, onde se constata a existência de um alto contingente populacional de etnias vivendo, em muitos casos, em áreas diminutas ou sem terras previamente demarcadas.

Propostas anti-indígenas avançam no Congresso

Já prejudicados pela tempo que Justiça brasileira levou para analisar casos em governos anteriores, os povos indígenas iniciaram o ano de 2017 ainda mais receosos, com medo de não conquistar, enfim, o que lhes é de direito. O atual ministro da Justiça, Osmar Serraglio, é abertamente ligado ao agronegócio e chegou a dizer no início de março que os envolvidos em conflitos no campo deveriam parar com a discussão sobre terras, que, segundo ele, “não encham barriga de ninguém”.



Índios protestam contra a PEC 215/00, sobre a demarcação de terras indígenas, na Esplanada dos Ministérios.
Imagem: Rodrigo Nunes/Esp./CB/D.A Press

Dentre as atribuições da pasta está a especificação dos terrenos, após estudos técnicos realizados pela Funai. Seria prudente que o titular do ministério tivesse distanciamento em relação aos polos de interesses antagônicos, nessa questão conflitiva, além de ancoragem sólida na Constituição. Isso traria mais distensão ao debate, dizem especialistas.

Serraglio foi relator da polêmica PEC. Se aprovada, a demarcação deixaria de ser um critério técnico (comprovação ou não da presença histórica dos índios na área disputada, e fixação dos limites do território abrangido, por meio de estudos da Funai) e passaria a ser político, sempre dependente da correlação entre as eventuais bancadas do Congresso Nacional.

Sobre a inconstitucionalidade da proposta, por supostamente ferir a separação dos poderes, o ministro argumentou, na ocasião, que, pela Carta, caberia ao Legislativo delimitar os bens da União, dentre eles, “as reservas indígenas”. Mas doutrinadores do Direito asseguram: a Constituição de 1988 é bem explícita. No Art. 231 afirma-se que são reconhecidos aos índios “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las”.

Reivindicações fundiárias

O processo demarcatório mais emblemático sobre a lentidão para demarcar uma terra

indígena no país talvez seja o do povo Tapeba, do Ceará. O caso já se arrasta há 35 anos e passou por diversos entraves jurídicos. A área, de pouco mais de 5 mil hectares em Caucaia, ao norte de Fortaleza, começou a ser demarcada em 1985, mas até hoje o processo não foi finalizado. Em agosto de 2013, um novo, e derradeiro, estudo de identificação e delimitação foi publicado pela Funai. No entanto, o procedimento está paralisado por decisão judicial, impedindo a assinatura da portaria declaratória pelo ministro da Justiça.

O povo Tapeba é composto por mais de sete mil pessoas. A terra deles sofre com impactos de empreendimentos, especulação imobiliária e tensões constantes motivadas por conflitos fundiários. Em três décadas de luta, quatro grupos de trabalho para identificação e delimitação da terra indígena foram formados. Três relatórios circunstanciados foram publicados pela Funai, mas todos acabaram barrados nas vias judiciais, transformando o Ceará no estado mais atrasado do país no que se refere a demarcação de terras indígenas em todo o Brasil.



Terras indígenas do Brasil

FASE DO PROCESSO	QTDE	SUPERFÍCIE (ha)
Delimitada	38	5.531.936,6827
Declarada	72	3.415.646,6662
Homologada	17	1.586.696,8980
Regularizada	435	105.648.344,8943
Total	562	116.997.082,2490
Em estudo	114	5.769,0000
Portaria de interdição	6	1.084.049,0000

Das 23 áreas em diversos estágios de reivindicação e regularização, apenas a Terra Indígena de Córrego João Pereira, da etnia Tremembé, nos municípios de Acaraú e Itarema, encontra-se homologada. A burocracia, assim como os entraves políticos e jurídicos, marcam esses longos anos de espera dos Tapeba pela efetivação do direito fundamental à terra.

“Demarcar a terra é importante, primeiro por causa da segurança jurídica da área. A regularização amortiza todos os tipos de pressão e conflitos fundiários, mas sobretudo, é urgente a demarcação porque a Constituição Federal garante a subsistência dos povos indígenas e o usufruto exclusivo dos povos originários a sua terra tradicional”, diz o advogado e liderança indígena Weibe Tapeba.



O advogado e liderança indígena Weibe Tapeba (em primeiro plano) Foto: Cimi/Reprodução

Ele conta que, mesmo o território reivindicado pela etnia não sendo de grandes proporções, — aproximadamente 5 mil hectares —, 80% da terra está em posse de fazendeiros, e os outros 20% são objeto de retomada. O caso mais simbólico é a da comunidade Caminho do Trilho, localizada na Gleba Palmirinho. Eles estão acampados no local na esperança de recuperarem o chão tradicional de forma resiliente e resistente. As 67 famílias indígenas decidiram não mais viver entre a ferrovia Transnordestina e as cercas dos posseiros. Em um ano já retomaram cinco áreas consideradas tradicionais.

Apesar da luta e da resistência, há preocupação das lideranças com as famílias acampadas nas retomadas. Weibe explica, ainda, que uma decisão de fevereiro deste ano, favorável ao grupo imobiliário STG, que também reivindica a área, determina a desocupação das famílias indígenas do espaço. No despacho, o juiz determina que, em caso de resistência, seja feito uso da força policial no cumprimento da decisão.

Apesar do silenciamento étnico que os Tapeba enfrentam no Ceará, a liderança indígena reconhece que o problema não é exclusivo do seu povo. Eles contam que a situação flagelante de todas etnias no Brasil pode ser vista também nas tentativas de esvaziamento e enfraquecimento da Funai e nas tentativas do Congresso de mudar o rito da demarcação das terras indígenas.

“O modelo de país que nós temos é um projeto de nação onde os povos indígenas não têm espaço”

“Ali [no Congresso], é uma representação clara das expressões que oprimiram os nossos povos durante 500 anos. Ou seja, por meio da PEC 215/00, da CPI da Funai e do Inca e

Isolados do Brasil

Hellen Leite

A Amazônia é a casa de um grande número de povos isolados. De acordo com a Funai, existem, ao menos, 100 grupos indígenas sem contato com a civilização na parte brasileira da floresta amazônica. No Acre, estima-se que existam cerca de 600 índios pertencentes a quatro grupos diferentes. Ali, eles vivem em relativa tranquilidade, em vários territórios demarcados, que são praticamente intocados.

A decisão desses índios de não manter contato com outras tribos e não-índios é resultado de contatos ocorridos anteriormente e considerados desastrosos, além da contínua invasão e destruição da fauna e flora. Antropólogos acreditam, por exemplo, que os grupos isolados do Acre sejam sobreviventes do período áureo da borracha, quando muitos índios foram assassinados e/ou escravizados.



Durante 100 anos, o povo Hunikuim foi proibido de falar a língua indígena, expressar religião ou qualquer tipo de manifestação cultural

No Acre, os indígenas viveram cerca de 100 anos de escravidão — entre 1880 a 1980 — e todos os povos passaram por esse processo. Os Hunikuim, por ser o povo mais antigo, foram os primeiros isolados a enfrentar os seringueiros, que se apropriavam das terras, expulsavam os índios e escravizavam aqueles que resistiam, obrigando-os a consumir apenas o que era vendido no barracão do seringa. Além disso, os resistentes eram proibidos de plantar e cultivar qualquer tipo de alimento ou criar animais, trabalhando apenas com o corte da seringa, que era entregue aos patrões.

O resultado dessa página tenebrosa da história é: grupos inteiros foram eliminados, ou, na “melhor” das hipóteses, “amansados”, obrigados a se adaptar a um novo modo de vida e esquecer seus costumes e crenças. Por outro lado, outros povos indígenas, temendo o genocídio, resistiram a todo e qualquer tipo de contato, mantendo-se arredios e isolados na densa floresta amazônica.

O sertanista José Carlos Meirelles, um dos maiores estudiosos dos índios isolados do mundo fala com propriedade sobre essa parte da enredo brasileiro. Meirelles dedicou 41 anos do seu trabalho ao indigenismo. Desses, 35 como servidor da Funai, de onde saiu em 2010. Seus relatórios ajudaram a demarcar três territórios que abrigam tribos sem contato com a civilização, todas no interior da Amazônia brasileira. As terras indígenas Campa e Isolados do Envira, Alto Arauacá e Riozinho do Alto Envira, juntas, somam 623 mil hectares de preservação para usufruto de diversos grupos indígenas.



O sertanista **José Carlos Meirelles é um dos maiores estudiosos dos povos isolados do Brasil**

“Um dos primeiros povos isolados que identifiquei foi o Envira. Tínhamos notícia de um povo isolado lá — os isolados do Humaitá —, depois de andar muitos quilômetros mata adentro descobrimos outros dois povos. Fizemos um sobrevoo e identificamos as aldeias”, conta. Meirelles chegou a encontrar índios em contato durante a busca por sinais de povos isolados dentro da floresta, só de passar o olhar treinado sobre o índio ele consegue identificar se o indivíduo faz parte de uma ou outra tribo.

O sertanista explica, ainda, a diferença: alguns, como os Awá, são caçadores-coletores nômades em constante movimento, capazes de construir uma casa dentro de horas e abandoná-la dias depois. Outros são mais sedentários, vivem em casas comunitárias, cultivam plantações, e praticam a caça e a pesca. “Cada povo tem um tipo de corte de cabelo, pintura corporal e um tipo de sociedade. Os Isolados do Humaitá, por exemplo, são agricultores e têm o cabelo raspado até o meio da cabeça. Já os Mascho — outro povo indígena habitante da região do Envira — são coletores e pescadores, têm um corpo mais robusto, são altos e usam um corte de cabelo maior”, explica.



Primeiro contato com o povo isolado nas margens do Rio Humaitá, no Acre

Em alguns momentos, estes índios já tiveram contato visual com homens brancos, porém nunca se aproximaram. Ao contrário: fugiram. Quando homens de outra cultura chegam perto de suas terras, eles recuam, evitam o contato e buscam novas áreas de habitação.

Em uma das raras e últimas aparições de uma tribo isolada, em dezembro de 2016, o

Além do Acre, a Funai diz que existem tribos de índios isolados vivendo também nos estados do Amazonas, Rondônia, Roraima, Maranhão e Mato Grosso.

fotógrafo brasileiro Ricardo Stuckert flagrou indígenas de uma tribo isolada no Acre, na fronteira do Brasil com o Peru. As imagens mostram alguns indígenas escondidos entre as árvores e outros apontando arcos e flechas na direção do helicóptero, além de malocas e clarões no meio da floresta.

Meirelles estava com Stuckert na hora do flagrante. Ele relembra que, no dia, sobrevoavam a floresta a caminho de outra aldeia quando uma tempestade levou à interrupção da viagem. No retorno, a aeronave sobrevoou o aldeamento isolado. Foi assim que eles conseguiram ver os índios. As fotografias foram publicadas no site da revista americana *National Geographic* e a repercussão ganhou o mundo.



Os índios isolados vivem nas profundezas da floresta amazônica, e a maioria das tribos transitam na fronteira do Brasil com outros países da América do Sul

Na época, a Funai divulgou uma nota criticando a divulgação das fotos dos isolados e alertando sobre a necessidade de preservar a imagem desses povos ainda descobertos. “O episódio mencionado foi um encontro fortuito. A Funai alertou da necessidade da preservação dos povos. E eu concordo. Eles precisam manter sua cultura, seu espaço. Eu acredito que as imagens tenham ajudado nesse sentido”, justificou Stuckert. (*Veja a galeria de fotos*)

Stuckert flagrou uma tribo de índios isolados enquanto sobrevoava a floresta amazônica

Há 28 anos, o fotógrafo brasileiro gira o país em busca de imagens de povos indígenas amazônicos. Reconhecido internacionalmente pelo trabalho com os índios, ele destaca a importância de valorizar a multiculturalidade. “A beleza, brasilidade, pureza e inocência dos índios sempre me chamaram atenção. Eles são os primeiros povos que habitaram meu país. Sempre tive fascínio pela cultura única e singular dos povos indígenas. Eles nos ensinam a importância de respeitar e preservar a natureza”, conclui. *(Veja a galeria de fotos)*

O brasiliense recebeu reconhecimento mundial por suas fotos dos indígenas do Brasil

Neste abril indígena, as imagens de 11 tribos amazônicas captadas por Stuckert vão se transformar em um livro, intitulado *Índios Brasileiros*, o livro tem a proposta de mostrar como vive, hoje, a população indígena do país. “Pretendo mostrar a importância dos índios para o mundo, a importância de preservá-los e da implantação de políticas que preservem seus territórios e sua cultura”.

“Os índios são os guardiões da natureza. Merecem e devem ser respeitados por todos nós”

Ameaças

Apesar da romantização que existe em torno dos índios brasileiros isolados, um relatório de 2010, da Funai, aponta que alguns deles já estão abandonando suas terras devido ao barulho e à poluição das obras de construção das hidrelétricas. Todos são extremamente vulneráveis a doenças comuns aos não-índigenas, como gripes ou resfriados. Eles não apresentam resistência imunológica a esses vírus. Aliás, esses são bons motivos para evitar o contato. Mas a principal ameaça ainda vem dos madeireiros, seringueiros, garimpeiros e pecuaristas que usam ilegalmente as terras.

Em 2008, funcionários da Funai avistaram um grupo indígena na cabeceira do rio Xinane. Eles chegaram à região fugindo do avanço dos madeireiros e do narcotráfico sobre suas terras. Já um outro grupo de índios isolados foi avistado na cabeceira do rio Humaitá, à margem esquerda do Envira. Eles sobreviveram ao massacre de várias etnias durante o primeiro ciclo da borracha da Amazônia, entre 1880 e 1920, no chamado “Tempo dos Seringais”. Resistiram, por mais de 100 anos, ao primeiro contato. No entanto, o avanço de não-índios sobre os territórios deles tem os obrigado a sair da floresta.

As imagens do contato com o povo Sapanawa, em 2014, rodaram e mundo se transformaram no documentário *Primeiro Contato: Tribo perdida na Amazônia*. Lançado em 2016, o documentário tem 49 minutos e examina a situação do grupo de índios isolados que estavam fugindo de uma série de massacres, em que muitos membros de suas famílias haviam sido assassinados. O documentário, que está disponível na Netflix, explica ainda como funcionam as frentes de proteção etnoambiental.



Índio Sapanawa no documentário produzido pela Netflix *Primeiro Contato*

“Nessa região, do lado brasileiro, eles ainda são pouco pressionados pela exploração de madeira e minério, mas o lado peruano está cheio de madeireiros ilegais, garimpeiros e

traficantes de drogas” diz Meirelles. “Os Senenawa, por exemplo, fizeram contato porque

Falta saúde, sobra morte

Hellen Leite

Mais de 40% de todas as mortes registradas entre índios brasileiros, desde 2007, foram de crianças de até 4 anos. Os motivos são variados, entre eles, a falta de acesso à saúde. O índice é nove vezes maior que o percentual de mortes de crianças não-índigenas da mesma idade (4,5%) no mesmo período. Um levantamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), sobre as condições de vida desses povos, revela, ainda, outras grandes discrepâncias entre índios e não-índios no Brasil.



Menino Guarani-Kaiowá em um dos acampamentos Guaranis no MS

Enquanto entre os índios as mortes se concentram na infância, e só 27,4% dos óbitos são de pessoas acima de 60 anos de idade, na população geral os idosos respondem por 62,8% dos óbitos. No ano passado, o relatório ‘O Direito Humano à Alimentação Adequada e à Nutrição do povo Guarani e Kaiowá — um enfoque holístico’, produzido pela Rede de Informação e Ação pelo direito de se Alimentar (Fian — sigla

em inglês), em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), analisou as

violações de direitos e as causas da extrema situação de insegurança alimentar e nutricional entre os Guarani-Kaiowás no Mato Grosso do Sul.

O relatório apresenta dados avassaladores: entre as três comunidades indígenas pesquisadas — os Tekoha Ypo'i, Kurusu Amba e Guaiviry — a situação de insegurança alimentar é de 100%. Ou seja, todas as famílias Guarani-Kaiowá das três comunidades indígenas pesquisadas sofrem com algum grau de insegurança alimentar, índice que analisa o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas por comunidades e grupos sociais. Para se entender melhor a particularidade e a gravidade da situação, cabe a comparação com o mesmo índice no Brasil: na totalidade do território brasileiro, a insegurança alimentar é de 22,6%.

O estudo verificou que 42% das crianças guaranis menores de 5 anos sofriam de desnutrição crônica, apresentando baixa estatura para a idade. O mesmo índice, se consideradas as crianças indígenas de todo o Brasil, é de 26%; e, se consideradas as crianças não-indígenas, o índice cai para 6,8% — um número seis vezes menor do que entre as comunidades Guarani e Kaiowá pesquisadas.

A desnutrição aguda em crianças menores de 5 anos, que apresentam baixo peso para sua idade, é também alarmante entre os Guarani-Kaiowá. Ela atinge 9,1% das crianças pesquisadas e chega a ser cinco vezes maior do que entre as crianças não-indígenas, entre as quais este índice é de 1,8%.



Nas comunidades Guarani Kaiowá no MS o índice de insegurança alimentar chega a 100%

“O direito humano à alimentação e à nutrição adequadas se realiza quando se consegue superar todos os obstáculos que existem para você conseguir o alimento, e isso é um processo bem longo. Identificamos duas causas estruturantes que acabam impactando no direito humano à alimentação adequada. Uma é o direito ao território e tudo que decorre da falta de acesso a ele, e uma outra é a questão da identidade cultural dos povos indígenas. Se estes povos estivessem em seus territórios plantando soja, eles não sofreriam as violações que sofrem, porque eles querem o seu território para utilizar de acordo com sua identidade. Ser índio hoje, e ser índio no Mato Grosso do Sul, é um fator determinante para as violações de direitos”, afirma a secretária geral da Fian Brasil, Valéria Burity.

Acesso à saúde

Nas últimas décadas, avanços no sistema de saúde reduziram as mortes por doenças infecciosas e parasitárias entre os brasileiros para 4,5% do total. Esse saldo positivo, no entanto, ainda não conseguiu chegar aos índios, que somam um índice de 8,2%.

Atualmente, quase a metade das mortes de não-índios se deve a doenças mais complexas e difíceis de tratar: problemas no aparelho circulatório (30,7%) e câncer (16,9%). Já entre os índios, doenças respiratórias, como gripes que evoluem para pneumonia, ainda são a principal causa de óbito (15,3%). Cânceres respondem a apenas 2,9% dos óbitos nas aldeias.

Dr. Danilo Rodrigues, médico especialista em saúde indígena, diz que a alta mortalidade entre crianças mostra que o atendimento a índias gestantes e recém-nascidos ainda deixa muito a desejar. Rodrigues explica que as mortes de índios por doenças infecciosas têm duas razões principais: a maior vulnerabilidade de alguns grupos mais isolados a essas doenças e falhas na assistência médica. “O mais grave é que essas doenças são evitáveis”, lamenta.

“Não dá para aceitar que, em pleno século 21, tantos índios morram por doenças infecciosas”

O especialista diz que, nas últimas décadas, houve grandes avanços nos serviços de saúde para os índios. Em 1999, a União assumiu a responsabilidade pela saúde indígena, que passou a ser gerenciada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Em 2010, com a criação da Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai), subordinada ao Ministério da Saúde, as ações passaram a ser geridas por um órgão exclusivamente voltado aos índios.

Sustentabilidade dentro da tribo

Gabriela Vinhal

Ao longo dos últimos séculos, 90% da Mata Atlântica e 20% da Amazônia brasileira foram destruídas pela agroindústria. Com a falta de políticas públicas e auxílio do governo que fomentem a comercialização de produtos naturais com o que ainda resta das florestas, associações e instituições tomam frente dos projetos. Mel, cogumelos, pimentas, cerâmicas, frutas, óleos, farinhas e oleaginosas são algumas das matérias-primas que ajudam na sobrevivência e na sustentabilidade de algumas tribos do país.

No Território Indígena do Xingu (PA), os povos originários foram os primeiros do mundo a certificar a produção local. Com o selo de orgânico, o mel do Xingu ganhou reconhecimento e chegou às prateleiras de supermercados em 2003 e, desde então, ajuda na autonomia financeira e produtiva da comunidade. Em Alagoas, os Tingui Botó são os maiores produtores de batata doce no estado; os Macuxi e Wapichana produzem a maior parte da carne consumida pela população de Roraima, assim como os Potiguara, que abastecem muitos mercados de camarão. Na Amazônia há coleta de castanhas, pimentas e pescados.

Para a especialista na temática dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Érika Yamada, a principal política pública dos povos originários ainda é a da demarcação e proteção de terras. “A conquista deste direito seria o reconhecimento de que os indígenas têm a autonomia na gestão dos territórios e dos recursos naturais”, acrescentou. Érika ressalta, ainda, a importância da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental (PNGATI), um



Cacau colhido em cadeia produtiva. Foto: Yasuyoshi Chiba/AFP

dos principais instrumentos públicos para a garantia do direito à terra e soberania alimentar das comunidades. A produção nas aldeias — para consumo e venda — e a luta pela manutenção local estão diretamente ligadas à questão fundiária dos povos. A demarcação garantiria o acesso às matérias-primas imprescindíveis para a vida física, cultural e espiritual dos indígenas. Além disso, segundo Yamada, daria condições para a proteção das etnias, das águas e dos solos que são contaminados e usados (muitas vezes) ilegalmente por parte de invasores e ocupantes irregulares das terras dos índios.

“A demarcação das terras indígenas é um reconhecimento de que outros modos de vidas têm espaço no Brasil, inclusive modos de vidas que não respondem a interesses de classes econômicas dominantes, e que nem por isso deixam de ser produtivas”, acrescentou.

Yamada explica que a autonomia indígena não significa ser segregado do Estado, mas ser respeitado na sua diferença. No caso dos povos originários, o que está em jogo é o direito deles de existir como tal: “Digo isso porque, em pleno século XXI, ainda convivemos com discursos de ódio, racismo e até mesmo de apoio ao extermínio de povos indígenas e quilombolas”.



Indígenas do Xingu protestam contra a hidrelétrica de Belo Monte, que podem ter suas vidas profundamente afetadas na região

Mel do Xingu

Para tornarem-se protagonistas na certificação autônoma de seus produtos orgânicos, os índios do Território Indígena do Xingu tiveram um cenário singular. O território, demarcado desde 1961, foi fruto do trabalho dos irmãos Villas-Bôas. A proteção da área pelos índios fizeram dela um dos maiores bolsões de floresta do mundo. São quase 3 milhões de hectares no Estado onde ocorrem as mais elevadas taxas de desflorestamento na Amazônia brasileira, o Mato Grosso.



Índios recolhem mel no Parque Indígena do Xingu. Foto: Marcelo Martins/ISA

Contudo, a terra não está segura e continua sendo palco da ação do homem branco: “O parque está cercado”, alerta o presidente da Associação Terra Indígena Xingu (Atix), Yakari Kuikuro. “Está rodeado pela cultura da soja e do milho e com uso de veneno”, completou. O impacto do desmatamento do entorno da reserva já atinge 37% da Bacia do Rio Xingu, no Mato Grosso.

Marcelo Martins, assessor técnico do Instituto Sócio Ambiental (ISA), acompanha os xingus há 20 anos e conta que o contexto atual em que vivem é de autonomia, descentralização e mobilização. Os 98 indígenas que participam da cadeia produtiva se dividem em quatro gestores e 94 apicultores, sendo 41% com até 23 anos; 26% com até 30; 24% com até 37. “Os jovens têm tido cada vez mais interesse nesses tipos de atividades. Eles querem aprender para adquirir bens e ajudar a família”, explica Martins.

As abelhas utilizadas na fabricação do mel foram introduzidas na região. Após conseguirem manejá-las, a produção cresceu. O que antes era para consumo próprio, cresceu e ficou pronto para a comercialização. Mesmo após conseguirem o certificado, Martins conta que tentaram introduzir o produto no mercado local, mas não foram aceitos. “As pessoas no estado ainda têm muito preconceito com produto



Certificado entregue a xinguanos.
Foto: Mário Vilela/Funai

indígena”, lamentou.

Para o mel chegar às casas dos brasileiros, ele passa por vários processos burocráticos. Os xingus aprenderam a gestão com o auxílio das associações e das ONGs que atuam no local. Eles fazem as relações comerciais, as notas fiscais e a comercialização com intermédio do Ministério da Agricultura. De acordo com Martins, eles usam a experiência que adquiriram para expandir horizontes e assumirem, posteriormente, cargos de lideranças das comunidades.

Desde o ano passado, os próprios índios atuam como formadores e instrutores dos novatos no negócio. Eles mesmos organizam oficinas de acompanhamento e formação na aldeia.

